
O ESTADO E O CAMPO

NO BRASIL 1930-1964*

José Paulo Pietrafesa

COSTA E SILVA, Athos Magno. O Estado e o Campo no Brasil 1930-1964. Revolução conservadora das elites e luta pela terra na retaguarda do país. Goiânia, Ed. Da PUC Goiás, 2016.

A Editora da PUC Goiás lança em edição revista e ampliada, o livro de Athos Magno Costa e Silva, que trata das relações do Estado e seu recorte com o campo no Brasil, prioritariamente entre os anos de 1930 a 1964. Escrito a partir da tese de doutorado do Autor na Universidade Johann Wolfgang Goethe, de Frankfurt am Main (Alemanha) o livro tem sido demandado por estudiosos de Goiás e de outros estados.

O Autor parece ter conseguido superar uma deficiência encontrada em muitos estudos, em que se tem apenas a teoria, ou apenas a pesquisa empírica.

O livro traz vasta pesquisa sobre a luta dos trabalhadores rurais no país, tanto sobre os assalariados agrícolas, que estavam se organizando em sindicatos, como sobre os camponeses, mobilizados pelas Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. As informações sobre as Ligas, muitas delas inéditas, foram facilitadas pelo próprio Francisco Julião, com quem Athos Magno se encontrava, quando ambos estavam exilados no México. O relato exaustivo das lutas dos trabalhadores rurais, especialmente no Nordeste, a partir de 1957, é articulado com a teoria da omissão do Estado brasileiro que, com a chamada Revolução de 1930, transformou a economia e o ambiente nas grandes cidades, mas não interveio no campo, deixando os trabalhadores rurais entregues à própria sorte. O que não teria impedido, no

entanto, o avanço da industrialização, forçada pelo Estado, com a transferência da renda agrária para a indústria, sem realização, portanto, de uma reforma agrária.

Aqui, uma tese interessante, inspirada em Nicos Poulantzas (sobre a Inglaterra), cujos seminários em Frankfurt Athos Magno frequentou: a classe dos fazendeiros no Brasil se transformava em burguesia industrial, e isso durante e no pós-1930, o que explica a dubiedade da própria revolução de 1930, que revolucionou parte da sociedade, industrializando, mas deixou outra parte, sobretudo a rural, intacta em sua estrutura fundiária e relação de poder local. A classe que comandava o processo revolucionário surgido em 1930 era, ao mesmo tempo, de fazendeiros e de industriais, um se transformando no outro, o que explicaria a industrialização sem reforma agrária, o que o Autor chama de revolução conservadora, incompleta.

Assim, o fenômeno da “diferenciação de classe” - uma classe nascendo de dentro da outra – explica por que o Estado brasileiro, com Getúlio Vargas à frente, se omitiu diante da dramática situação social dos assalariados rurais e dos camponeses. Afora aqueles fazendeiros que eram contra ele, mais por razões da perda de poder político, como era o caso dos paulistas, Vargas não quis abrir uma nova frente de resistência contra o seu governo, e buscou, por isso mesmo, conquistar os fazendeiros em geral. O Autor enumera algumas políticas de Vargas que o fizeram, verdadeiramente, ser até mesmo amado por fazendeiros Brasil afora.

Mas por que o herdeiro de Vargas, João Goulart, um governante mais débil que seu “mestre”, se lançou, a partir de 1961, naquela política de realização da reforma agrária e de expansão da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para os trabalhadores rurais? Como diz o Autor, Vargas tinha dois grandes inimigos, os países do centro capitalista, contrários ao seu nacionalismo, e os empresários brasileiros, contrários à política social varguista, expressa na CLT. Goulart, por ser nacionalista e social, herdou os inimigos de Vargas, e ao lançar-se na luta por reforma agrária e por direitos dos trabalhadores assalariados do campo conquistará “por conta própria” mais um grande inimigo: os fazendeiros do país.

Para responder a isso, o Autor discorre sobre o que traz estabilidade política a um Estado.

Mostra que os países do centro contam com uma generalizada relação capital/trabalho no campo econômico, a partir da qual o Estado tem mais condições de se apresentar (embora não o seja de fato) como um poder defensor dos interesses tanto do capital quanto do trabalho. Como nos países do centro, segundo o Autor, a sociedade é que, por assim dizer, formou o Estado, para que esse, pelo menos em aparência, defendesse os interesses de todas as classes, o Estado tem mais chances de se apresentar como defensor dos “interesses gerais” da nação. Na periferia do mundo, no entanto, e esse seria o caso do Brasil, quem nasceu primeiro foi o Estado, e não a sociedade. De fora para dentro, e de cima para baixo, os colonizadores que chegavam formavam o Estado, deixando para este a tarefa de criar, de forma autoritária, a “sua” sociedade.

Ora, diz o Autor, o Estado criado pelos colonizadores não tinha na periferia a função de generalizar as relações capital/trabalho, desenvolver uma economia a serviço dos brasileiros, mas sim de criar um espaço econômico garantido por oligarcas locais que lhe permitissem transferir para o centro o máximo de bens e riquezas que pudessem,

fortalecendo o capitalismo em escala mundial. Ou seja, o Estado montado na periferia não buscava representar a “sua” sociedade, local, pelo simples fato de que a verdadeira sociedade que ele representava, e a quem ele servia, estava situada não dentro, mas fora, no centro capitalista.

Assim, o Estado periférico não podia apresentar-se, e nem mesmo podia ser reconhecido, como defensor dos “interesses gerais” da sociedade. Quer dizer: tratava-se de um Estado sem base econômica local que pudesse oferecer-lhe estabilidade política.

A ida do governo Goulart ao campo brasileiro significava a ida do Estado ao encontro da sociedade, especialmente daquela parte marginalizada que nem mesmo a Revolução de 1930 se dispusera a atender. Significava reparar uma grande omissão da Revolução de 1930. Era o esforço pela construção de uma sociedade menos desigual, mais equilibrada. Para isso, o Estado teria que garantir os direitos trabalhistas para o trabalhador do campo, bem como realizar a reforma agrária. Para completar o reconhecimento do trabalhador do campo como cidadão, teria que conceder a ele julgamento justo, por parte dos órgãos da Justiça, bem como direitos políticos, como o do voto. Na verdade, Goulart se propôs a levar a Revolução de 1930 para o campo, generalizando as relações capital/trabalho, garantindo a CLT, e a incorporação das massas no processo político institucional. Tarefa claramente burguesa, perfeitamente cabível no capitalismo, e que poderia, com o tempo, oferecer base para que o Estado deixasse de ser visto como defensor ostensivo do latifundiário, do Juiz comprado pelo latifundiário, da Polícia Militar e do “capanga” que espalhavam o terror a serviço do latifundiário; agindo assim, o Estado poderia alcançar, pela primeira vez, a chance de ser visto como representante dos interesses gerais da sociedade e, como consequência, alcançar estabilidade política, capacidade de governar.

Essa política mais ampla estava associada à visão social de João Goulart. Este, e intelectuais como, Santiago Dantas, Celso Furtado, eram defensores de reformas sociais, em ambiente de pluralismo e liberdade política, visando reduzir a imensa desigualdade entre ricos e pobres no país, e caminhando para um futuro Estado Social, ou do Bem-Estar Social. O trabalhismo social janguista podia ser traduzido como democracia social em um país do Terceiro Mundo, o que, se fosse alcançada, já seria um enorme avanço para o país.

Em uma interessante parte do livro, o Autor pergunta se o governo João Goulart, com sua proposta social, foi tardio ou prematuro para o seu tempo.

Na resposta a seguir, considera que Goulart chegou tarde, especialmente para a grande tarefa de reconhecimento da cidadania no campo brasileiro, desprezada pela Revolução de 1930. Isso teria permitido que o rancor e o radicalismo crescessem entre os trabalhadores rurais, pois a toda omissão do poder público diante de uma parte da sociedade, corresponde uma reação dessa mesma parte, tanto maior, tanto mais radical e intolerante quanto maior e mais duradoura tenha sido a omissão do Estado. De fato, quando o governo Goulart chega ao campo, de forma tardia, encontrará um ambiente minado pela desconfiança política, sobretudo por parte dos que buscavam a terra, e que se organizavam em Ligas Camponesas, a tal ponto que o próprio Goulart era chamado de latifundiário e acusado de cumplicidade com os opressores dos camponeses. Assim, mesmo o Estado, sobretudo em seu corpo Executivo, se abrindo ao diálogo, à concessão e ao entendimento em torno de uma plataforma social, não encontrou compreensão e respaldo político suficientes entre os assalariados rurais e os camponeses.

Considerado tardio, portanto, por chegar atrasado historicamente para a resolução dos grandes problemas sociais do campo, e para a construção da base que permitiria a estabilidade política do próprio Estado, o Autor, por outra parte, considera o mesmo governo como prematuro. Isso se explicaria pela ainda forte influência e poder dos fazendeiros no país. Ou seja, o governo Goulart teria chegado em um momento em que a sociedade brasileira ainda não se livrara, totalmente, de certo pré - capitalismo, hostil às mudanças próprias de uma economia capitalista moderna. Segundo Athos Magno, em nenhum país do mundo os fazendeiros, de posse do poder, se dispõem ao diálogo e ao entendimento com os assalariados e os camponeses, muito menos no caso dos trabalhadores rurais em luta pela reforma agrária e até mesmo pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas.

Na História, diz o Autor, só houve reconhecimento de direitos sociais e reforma agrária, embora evidentemente sob pressão, quando os industriais ocuparam o poder, o Estado. É que os fazendeiros não querem perder suas terras, e acham abusivo um peão de fazenda exigir dele carteira assinada, por exemplo. Para debelar tais exigências, e jogar a sociedade contra os que defendem as reformas, espalham o boato de que reforma agrária atenta contra a propriedade privada e é uma política própria do comunismo. Quando, no entanto, os capitalistas industriais assumem o poder, desbancando os fazendeiros, esses capitalistas percebem que podem ganhar com a reforma agrária, e não perder. Entra em cena a ideologia do consumo, o que favorece a aplicação da reforma agrária burguesa: o casal de trabalhadores que recebeu um pedaço de terra necessitará comprar enxada, adubo, semente, trator, tudo isso sendo adquirido junto aos comerciantes que, por sua vez, comprarão dos industriais, fortalecendo o capitalismo. Os alimentos colhidos pelos novos proprietários serão vendidos no mercado, estabilizando preços e a própria economia. A compra de novas mercadorias, como roupa, um veículo, continuará a fortalecer comerciantes e industriais. Ademais, os novos pequenos proprietários poderão querer, um dia, comprar mais um pedaço de terra, quer dizer, quem recebe terra pode desenvolver o espírito de proprietário, e a tendência à acumulação, típicos do espírito capitalista. A reforma agrária seria, portanto, uma arma do capitalismo, e a serviço do capitalismo, tanto em termos econômicos, sociais, quanto de integração política e apoio ao Estado que a promoveu. Isso significa, nada mais, nada menos, base social e política para a estabilidade do Estado, que começará, política e moralmente, a se credenciar para apresentar-se como defensor dos interesses gerais da sociedade. Via de regra, com exceção das revoluções comunistas, a reforma agrária, em função da luta dos trabalhadores, só é feita em países onde os capitalistas derrotaram os fazendeiros e assumiram o poder. Nesse caso, reforma agrária deixa de ser sinônimo de comunismo, e passa a ser uma política social a mais, que, além de lucro para os capitalistas, pode trazer estabilidade política e paz social, o que interessa imensamente ao sistema capitalista.

O drama do governo Goulart teria sido, portanto, chegar atrasado para o atendimento das demandas históricas dos trabalhadores rurais, e chegar cedo tendo em vista o atraso, a ignorância e o conservadorismo reinantes no país, influenciados pela mentalidade ainda muito presente do latifúndio, que em tudo via comunismo e ameaça ao capitalismo.

Imprensado entre a luta dos assalariados rurais e dos camponeses, que o consideravam omissos e indecisos, e o conservadorismo dos proprietários que queriam derrubá-lo, com claro apoio dos norte-americanos, Goulart não conseguiu avançar em seu projeto

democrata social, moderado, expresso no Plano Trienal. Mesmo porque os trabalhadores rurais, sobretudo os das Ligas Camponesas, críticos de Goulart, tinham aliados nas cidades, especialmente entre soldados, marinheiros e sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Essa corrente política radicalizada, rural e urbana, não tinha o presidente como referência, e gravitava mais em torno de Francisco Julião e Leonel Brizola. Este último, principalmente, pregava abertamente deixar Goulart para trás e partir para o confronto com as Forças Armadas, se necessário. Para Athos Magno, Leonel Brizola forçou o confronto, sem estar preparado para o mesmo.

Isolado, Goulart como que abandonou os seus pares, Celso Furtado, Santiago Dantas, não se deixou influenciar por políticos que, embora comprometidos com as pautas populares, eram, porém, cautelosos, como Miguel Arraes, e partiu ao encontro do movimento popular radicalizado, hegemônico por Leonel Brizola. Aliás, para Athos Magno, a tendência populista de “ida ao povo”, como seu último trunfo, sua última esperança de vitória, teria começado no último governo de Getúlio Vargas (1951-1954), o que não teria impedido a sua derrota e suicídio; prosseguia agora com Goulart, abandonando a social-democracia e caindo forçado no campo popular radicalizado; assim como se agudizaria com Leonel Brizola, que teria sido um terceiro passo à esquerda, rumo ao povo, desta vez já propondo uma espécie de revolução terceiro-mundista.

Ao abandonar a proposta de reformas em uma “sociedade aberta”, como defendia Celso Furtado, e aceitar partir para o confronto, junto com o movimento popular, correndo o risco de uma “ruptura cataclísmica”, como não queria o mesmo Furtado, Goulart decretou uma reforma agrária mais radical do que a proposta pelo próprio líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luis Carlos Prestes, que, por sinal, lhe pediu moderação. Antes, já havia sancionado a Lei de Remessa de Lucros, que limitava o envio de lucros ao exterior a até 10% do valor do capital registrado ao entrar no país.

Mas para Athos Magno, se os fazendeiros e os empresários externos e internos já estavam prontos para derrubar o governo, com amplo apoio da mídia, e da “opinião pública”, não havia ainda suficiente coesão entre as Forças Armadas para o golpe. Esta coesão foi alcançada, segundo o Autor, a partir de uma atitude absolutamente desnecessária e mesmo inconsequente do próprio Goulart. Soldados, cabos e sargentos da Marinha e Aeronáutica já haviam se lançado em uma espécie de insurreição em 1963 em Brasília, e marinheiros e fuzileiros navais da Marinha de Guerra se sublevaram em 25 de março de 1964, no Rio de Janeiro. Cinco dias após este motim dos marinheiros, Goulart, que não havia punido os amotinados, compareceu a um grande evento organizado, em sua homenagem, por soldados, marinheiros, sargentos e sub oficiais das três Armas, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. O seu comparecimento foi entendido como aval à insubordinação e quebra da hierarquia nas Forças Armadas. No cenário de golpe em andamento, este teria sido o passo, imediato, específico, que o fez perder os últimos oficiais leais e que selou o seu destino.

Athos Magno considera, assim, que uma radicalização inconsequente ampliou as bases para o golpe e o precipitou. Conclui, portanto, que a ofensiva de Goulart foi um blefe, e que o golpe, apesar de tramado, poderia ter sido evitado.

Mas, partindo de outra perspectiva, indaga: se era para estabelecer um clima de confronto, era necessária a existência de organização, disciplina e determinação para a luta.

Mas como ficou provado, pelo estudo de Athos Magno, não havia tal situação, não havia disciplina e não havia determinação para um confronto daquela dimensão. O governo sequer tentou resistir. Como diz o Autor, Goulart não tirou a própria vida, como o fizera Vargas, nem lutou até a morte, como o fez Salvador Allende. Apenas caiu, sem honra e sem glória.

A resistência teria acontecido mais por parte de alguns líderes isolados, e principalmente por parte dos camponeses, marinheiros, sargentos, operários e estudantes, todos, no entanto, sem um comando nacional e uma estratégia política e militar. Os assassinatos em massa de camponeses, sobretudo no Nordeste, são a marca mais dramática daquela derrota.

Athos Magno termina mostrando que as classes dominantes e as forças militares brasileiras contaram com a invasão de norte-americanos disfarçados de turistas e com a esquadra enviada à cidade de Santos pelos Estados Unidos, composta pelo porta-aviões Forrester, seis contratorpedeiros, quatro petroleiros, um posto de comando aerotransportado, um porta-helicóptero, 110 toneladas de munição e 553 mil barris de combustível. Impulsionados pelo conservadorismo mais primário e atrasado, foi realizada a aliança dos interesses externos e internos, contra um projeto que, no fundo, não era comunista, apenas capitalista social.

De fato, afirma o Autor, todas as reformas demandadas cabiam no capitalismo. Reformas no campo dos direitos civis, como a dos marinheiros, que queriam ser tratados com respeito pelos superiores, que queriam alimentação digna, direito ao casamento ... Reformas políticas, como a de poder votar, ser votado, e assumir o mandato em caso de eleição, pelas quais os sargentos de Brasília foram a uma ... insurreição!... Direito à sindicalização, à legislação trabalhista, no campo... Reforma agrária, que, por sinal, todo país capitalista avançado já tinha feito... Como nem tais reformas estavam sendo atendidas, o movimento radicalizou-se. Mas a radicalização estava mais no método de luta, e menos no caráter das demandas. Atendidas as demandas, considera o Autor, não haveria radicalização nos métodos...

Athos Magno sustenta que a violência do Estado contra as justas reivindicações dos trabalhadores pode adiar a resolução dos problemas, mas não os resolve. Voltando ao tema central do livro, a relação entre o Estado e o Campo no país, mostra que de nada valeu a liquidação das Ligas Camponesas e a repressão aos trabalhadores rurais em 1964, se, mais tarde, de forma mais ampla, mais radical, e mais poderosa, ressurgiu essa luta, hegemônica pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST.

Termina refletindo que o Estado e o campo no Brasil “[...] continuam merecendo investigação teórica e preocupação política, mas, sobretudo, vigorosa ação do Estado no sentido de promover o encontro Estado/Sociedade, visando alcançar o bem-estar e elevar a qualidade de vida de nosso povo, condições essenciais para a democracia social, a liberdade política dos cidadãos e a estabilidade do próprio Estado”.

* Recebido em: 25.05.2016. Aprovado em: 01.06.2016

JOSÉ PAULO PIETRAFESA

Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFG.